



ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO NORDESTE

PROJETO EDUCATIVO DE ESCOLA

Ano Letivo
2016/2017
2017/2018
2018/2019

ÍNDICE

1.	Nota introdutória	2
2.	Caraterização do meio/escola	3
2.1.	Caraterização do meio envolvente	3
2.2.	Caraterização da Unidade Orgânica	3
2.2.1.	Recursos físicos e regime de funcionamento	3
2.2.2.	Alunos	5
2.2.3.	Apoios socioeducativos	7
2.2.4.	Serviços Especializados	8
2.2.5.	Oferta curricular	8
2.2.6.	Atividades opcionais e do Plano Anual de Atividades	9
2.2.7.	Recursos humanos – Pessoal docente	10
2.2.8.	Recursos humanos – Pessoal não docente	11
3.	Estrutura organizacional e funcional	11
4.	Fundamentação	12
5.	Plano de ação	15
6.	Revisão do projeto	25
7.	Formas de lançamento e divulgação	25
8.	Avaliação	25

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Projeto Educativo de Escola, doravante designado por PEE, deve ser entendido como um instrumento dinâmico que contribui para a promoção de uma escola e de um ensino de qualidade, capaz de realizar os objetivos de formação estabelecidos pela tutela para cada ciclo/ nível de ensino e de os adequar às características da comunidade educativa em que a Unidade Orgânica se insere, com vista ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar a ser desenvolvido na Região Autónoma dos Açores e adaptado a cada escola.

Numa sociedade em constante mudança e atualização, com progressos técnicos e novos valores, e através do regime de autonomia da escola, o PEE afigura-se como um documento integrador da comunidade, sinónimo de procura da melhoria e do sucesso dos alunos, de integração e participação ativa não só das estruturas organizacionais da escola, mas também da comunidade escolar e instituições nela implementadas.

A identidade da escola é modelada pela especificidade do contexto circundante, pelo que as preocupações e propostas apresentadas no presente documento derivam dos princípios e valores partilhados pela comunidade, pretendendo-se que a compreensão de quem somos oriente as ações dos agentes educativos para o sucesso dos alunos.

Uma vez que a Escola Básica e Secundária do Nordeste ministra desde a educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, incluindo cursos de cariz profissional, a educação especial e alguns programas de recuperação de escolaridade, exige-se uma articulação eficaz entre os vários ciclos/ níveis de ensino, para uma tomada de decisões conscientes e participadas. Tal requer que existam meios de reflexão necessários à melhoria da ação educativa, que possibilitem a consecução das diferentes atividades dos órgãos da escola, as quais deverão respeitar as orientações e metas estabelecidas no presente documento.

2. CARATERIZAÇÃO DO MEIO/ESCOLA

A Escola Básica e Secundária do Nordeste é a Unidade Orgânica que serve a população escolar do concelho do Nordeste.

2.1. CARATERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE

O concelho do Nordeste possui uma baixa densidade populacional em relação ao resto da ilha de São Miguel, destacando-se que, ao longo dos últimos séculos, a população residente no concelho vem sofrendo algumas transformações, fruto dos momentos de grande emigração das populações e êxodo rural que têm levado o número de habitantes a diminuir sucessivamente.

A taxa de analfabetismo no concelho era de 6,6% em 2011, por altura dos últimos censos realizados na região, taxa esta superior à verificada quer no arquipélago, quer na ilha de São Miguel. Embora se verifique uma tendência decrescente da taxa no concelho, a elevada taxa poderá dever-se à existência de uma população envelhecida que reside num meio rural e aos difíceis acessos que, durante largos anos, conduziram a um maior isolamento em relação aos centros urbanos. O grau de escolaridade atingido pelo maior número de indivíduos residentes no concelho é o 1.º Ciclo do Ensino Básico, seguindo-se o 2.º e o 3.º Ciclos do Ensino Básico, embora esse grau aumente se nos centrarmos na escolaridade dos pais/encarregados de educação dos alunos da escola. No entanto, espera-se que o impacto do aumento de escolaridade obrigatória para o 12.º ano se faça sentir de forma positiva nos próximos anos no concelho. De salientar que os níveis de instrução secundário, médio e superior são mais frequentes no sexo feminino.

Quanto à economia, o principal setor de atividade, nos censos de 2011, foi o terciário, seguido do setor secundário e finalmente do setor primário. Convém salientar que os indicadores do desemprego e da emigração têm vindo a aumentar, o que se tem refletido na escola.

2.2. CARATERIZAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA

2.2.1. Recursos físicos e regime de funcionamento

A Unidade Orgânica é constituída por 6 edifícios, localizados em 6 espaços diferentes e dispersos, em que a EB1/JI mais afastada da escola sede dista cerca de 30 quilómetros desta: a escola sede funciona na Vila de Nordeste e comporta as turmas dos

2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário; as turmas do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo funcionam em edifícios do Plano dos Centenários, nas freguesias da Vila de Nordeste, da Lomba da Fazenda, da Algarvia, da Achadinha e da Salga.

Apesar de a escola sede ter sido remodelada não há muitos anos atrás e de se conseguir ir fazendo alguns pequenos trabalhos para a sua conservação, segurança e manutenção, é recorrente a luta contra as infiltrações nos telhados e janelas e a necessidade de substituição de estores danificados em todo o edifício escolar. Há, também, degradação da vedação exterior, falta de espaço no bar e para armazenamento dos trabalhos e documentos a arquivar, falta de mobiliário para a sala de convívio dos alunos, necessidade de melhoria nos espaços desportivos, ausência de telefones na Portaria e no Ginásio, falta de espaço coberto para abrigo dos alunos nos intervalos das aulas e enquanto aguardam transporte escolar, já que o espaço exterior é muito exposto às frequentes intempéries, e limitações numa deslocação autónoma e utilização de algumas infraestruturas por parte de alunos com necessidades especiais a nível motor. Existem projetos de remodelação de alguns espaços da escola, no entanto, a conjuntura económica e a priorização de necessidades da tutela ainda não permitiram a sua execução. Também se está a envidar esforços para se conseguir a verba necessária para colmatar as falhas existentes.

As escolas EB1/JI são do Plano dos Centenários. Algumas sofreram ou estão a sofrer obras e encontram-se em condições razoáveis de funcionalidade. No entanto, nas escolas que albergam maior número de alunos, o espaço exterior torna-se exíguo, durante os intervalos, e não existem espaços interiores de convívio adequados, quando faz mau tempo. Todas as escolas do 1.º Ciclo apresentam algumas carências de equipamentos.

O regime de funcionamento da Unidade Orgânica é organizado pelo órgão de gestão e expresso no Projeto Curricular de Escola, destacando-se que todas as 6 escolas funcionam em regime normal diurno, pese embora os condicionalismos do transporte dos alunos implique que uma escola do 1.º Ciclo inicie as atividades letivas diariamente 30m após as restantes.

Quanto aos equipamentos, a escola dispõe de algum equipamento informático e audiovisual que se encontra, no entanto, disperso pelos vários espaços geográficos da mesma, a fim de servir os mesmos. Uma grande parte dos recursos encontra-se ultrapassado ou com elevado grau de desgaste, destacando-se todo o trabalho de manutenção efetuado pelos elementos afetos ao Projeto TIC da escola, que vão

resolvendo as situações que surgem no dia-a-dia e que também apoiam o pessoal docente a nível dos programas informáticos utilizados na escola ou necessários para as diversas formações e/ou aplicação nas aulas. Tem existido investimento interno e algum apoio externo na atualização dos recursos, contudo permanecem alguns constrangimentos no que respeita a rede de Internet, o número de computadores disponíveis para o trabalho docente e discente.

A escola tem uma Biblioteca/ Centro de Recursos, um gimnodesportivo e balneários, bufete, cantina, sala de alunos, sala de reuniões, sala de Diretores de Turma e de atendimento aos Pais e Encarregados de Educação, sala de professores, salas para os vários Departamentos Curriculares, anfiteatro, sala do pessoal não docente, sala da Associação de Alunos e um gabinete comum da Associação de Pais/ Encarregados de Educação e do Projeto de Educação para a Saúde. A escola também possui papelaria, reprografia, Gabinete de Apoio e Intervenção Disciplinar (GAID)/ Gabinete de Combate à Violência e Promoção da Cidadania (GCVPC) e Gabinete de Psicologia e Orientação.

2.2.2. Alunos

A escola serve uma população escolar oriunda de meios tipicamente rurais e dispersos, abrangendo todas as freguesias do concelho, dependendo a maioria dos alunos de todos os ciclos da rede de transportes, o que condiciona os horários letivos, a participação em atividades de caráter opcional promovidas pela escola, e limita o tempo a dedicar ao estudo em casa.

A população escolar da Escola Básica e Secundária do Nordeste é constituída por um total de 762 alunos, distribuídos da seguinte forma:

	PRÉ-ESCOLAR	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	4.º ANO	TPCA	TOTAIS
Salga	12	8	6	5	8	0	39
Achadinha	13	10	8	8	8	0	47
Algarvia	15	9	5	8	4	0	41
Fazenda	31	14	18	15	18	6	102
Vila	31	15	16	22	17	0	101
TOTAIS	102	56	53	58	55	6	330

TURMAS	A	B	C	TOTAIS	
5.º ano	18	18	16	52	376
6.º ano	15	18	15	48	
7.º ano	17	14	17	48	
8.º ano	23	23	21	67	
9.º ano	20	20	19	59	
10.º ano	13	16	0	29	
11.º ano	13	13	5	31	
12.º ano	19	16	7	42	
DOV I	15			15	56
DOV II	9			9	
PP	8			8	
Vocacional	19			19	
PROFIJ AFAC	5			15	
					432

Da leitura dos quadros, verifica-se que, apesar da redução do número de escolas do 1.º Ciclo a funcionar no concelho, as escolas mais próximas da escola sede albergam maior número de alunos. A justificação para este facto prende-se também com a frequência de alguns alunos de uma escola próxima do local de trabalho dos pais, fora da zona de residência.

Constata-se, também, existir um número mais elevado de alunos que frequentam o 3.º Ciclo do ensino básico, quando comparado com os restantes ciclos de ensino na escola sede.

Quanto à dimensão das turmas, as turmas do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo continuam reduzidas, com particular incidência nas escolas mais afastadas da Vila de Nordeste. Da mesma forma, as turmas dos 2.º e 3.º Ciclos são pequenas, oscilando o número de alunos entre os 15 e os 20 alunos, com exceção do 8.º ano por aplicação do Projeto Fénix. No Ensino Secundário, e uma vez que os alunos são obrigados a cumprir os 12 anos de escolaridade obrigatória e que a capacidade de oferta formativa da escola está dependente dos recursos humanos existentes, as turmas dos cursos científico-humanísticos têm vindo a contar com mais alunos inscritos do que anteriormente, pese também já se apostar em um prosseguimento de estudos no secundário na escola em cursos de uma via profissionalizante e existir uma Escola Profissional no concelho.

No campo dos resultados escolares no ano letivo 2015/2016, o aproveitamento dos alunos está expresso nos quadros abaixo:

ANOS DE ESCOLARIDADE	ALUNOS TRANSITADOS	ALUNOS RETIDOS	ABANDONO REAL
1.º ano	52	0	0
2.º ano	58	4	0
3.º ano	55	2	0
4.º ano	50	2	0
TOTAIS	215	8	0

ANOS DE ESCOLARIDADE	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS RETIDOS/NÃO APROVADOS	ALUNOS TRANSFERIDOS	ANULAÇÃO DE MATRÍCULA	EXCLUSÃO POR FALTAS	ALUNOS TRANSITADOS
OP + PROFIJ	32	10	2	1	2	17 (53%)
5.º ano	42	2	2	0	0	38 (90%)
6.º ano	45	1	1	0	0	43 (96%)
7.º ano	72	3	3	0	0	66 (92%)
8.º ano	50	1	1	0	0	48 (96%)
9.º ano	51	19	0	0	1	31 (61%)

ANOS DE ESCOLARIDADE	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS RETIDOS	ALUNOS TRANSFERIDOS	ANULAÇÕES DE MATRÍCULA	ALUNOS TRANSITADOS
10.º ano	28	2	0	0	26 (93%)
11.º ano	43	6	3	1	33 (77%)
12.º ano	24	2	0	1	21 (88%)

Uma análise destes dados revela que o número mais elevado de alunos retidos se encontrava no Ensino Secundário em turmas do 11.º ano.

A taxa de abandono escolar, cujos valores de abandono se devem, na sua maioria, à exclusão por faltas de alunos que já ultrapassaram a idade máxima para completar a escolaridade obrigatória, foi residual e maior no 3.º Ciclo.

2.2.3. Apoios socioeducativos

De acordo com a informação da escola em relação aos apoios socioeducativos, 517 alunos beneficiam de auxílios económicos diretos pelo SASE, devendo a escola criar um Plano de Combate à Exclusão no âmbito da ação das funções da Equipa

Multidisciplinar. Considerando que o fenómeno da pobreza e da exclusão social conhece, na atualidade, uma expressão presente no concelho, o que acarreta um enfraquecimento do papel suporte da família, a escola não pode esquecer que a sua ação pode minimizar e evitar situações de exclusão social e de carência entre a população estudantil. Na verdade, o número de alunos subsidiados pelo SASE na escola é significativo, afigurando-se necessário um plano que alargue o apoio prestado aos alunos a outras áreas e com outros meios para auxiliar as situações em que as diferentes carências nas famílias não conseguem colmatar.

O número de alunos com transporte subsidiado em carreira pública é de 344, em autocarro de aluguer é de 125 e só 1 aluno beneficia do circuito especial.

2.2.4. Serviços especializados

O NEE operacionaliza a sua ação anual através do Programa de Educação Especial, onde estão contempladas todas as respostas educativas existentes na Unidade Orgânica.

A cada ano, apesar dos pedidos de avaliação especializada apresentarem um ligeiro decréscimo, o número de reavaliações aumentou. Neste momento, existem, na nossa escola, 91 alunos integrados no Núcleo.

Salienta-se ainda que, nos últimos anos, se tem verificado nos nossos alunos um aumento da prevalência das alterações ao nível das funções da atenção, o que prejudica em grande escala o processo harmonioso de desenvolvimento-aprendizagem.

As deficiências diagnosticadas são diversas, abrangendo as Perturbações do Desenvolvimento no Espetro do Autismo; Distrofia Muscular Duchenne; Paralisia Cerebral; Lipodistrofia Generalizada; Défices de atenção/concentração; Atrasos de Desenvolvimento Global; Malformações de Lábio Leporino; Dislexias Graves; Défices Cognitivos Ligeiros a Graves.

2.2.5. Oferta curricular

No que concerne à oferta formativa da Unidade Orgânica, esta concretiza-se no Projeto Curricular de Escola, de acordo com as orientações emanadas pelo Conselho Pedagógico e a aprovação dos cursos propostos por parte da Direção Regional da Educação, não obstante à partida incluir o ensino desde o nível Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, passando pelos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos. Como escola inclusiva e na senda da

procura de alternativas para os alunos a quem o ensino regular já não se revela apelativo, a escola oferece outros percursos para a conclusão e/ou recuperação da escolaridade, como sejam as turmas dos programas da Educação Especial ou as turmas dos cursos Vocacionais, do PROFIJ ou Profissionais.

O NEE e o Conselho Executivo continuam a envidar diligências junto da Câmara Municipal do Nordeste para a concretização do projeto de criação de uma Unidade Especializada Socioeducativa, no edifício Plano Centenário da Escola da Achada. Optou-se por este edifício pelo facto de o mesmo se encontrar desativado há algum tempo e por se encontrar geograficamente a meio do concelho do Nordeste. Desta forma, a intenção será a de deslocar alunos com as medidas educativas *Currículo Específico Individual*, e *Programas Específicos do Regime Educativo Especial* para esta Unidade. Será um espaço multifacetado, transversal e intergeracional, onde se reunirão pequenos grupos que poderão desenvolver competências funcionais, perspetivando a sua autonomia e formação basilar para a sua vida autónoma, social e profissional.

Neste momento, aguarda-se a consecução das obras, perspetivando-se a sua abertura para um futuro próximo.

2.2.6. Atividades opcionais e do Plano Anual de Atividades (PAA)

Considerando que a formação e as aprendizagens dos alunos também se fazem através de atividades de caráter mais lúdico, a escola proporciona aos alunos a possibilidade de participar em atividades opcionais ou articuladas no âmbito do PAA. Assim, são várias as atividades disponibilizadas pela escola como forma de enriquecimento, seja a cargo da Associação Cultural e Desportiva da escola ou dos Departamentos Curriculares, dos Clubes Escolares, das Atividades Desportivas Escolares e dos Projetos a desenvolver na escola. Os alunos do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo não dispõem de atividades opcionais nos respetivos edifícios escolares, no entanto são incluídos nos eventos desenvolvidos no âmbito do PAA e adequados ao seu nível de ensino, podendo sempre frequentar algumas das atividades opcionais a decorrer na escola sede.

Nas atividades no âmbito de cada Departamento, estão envolvidos todos os professores, e de um modo geral, e em particular no 1.º Ciclo, os Encarregados de Educação participam em atividades do PAA, sempre que solicitados para tal e em número razoável. Nos restantes ciclos, a participação é mais reduzida, à exceção da atividade do

final do ano letivo, que, dada a sua natureza, conta com a presença significativa da comunidade educativa.

2.2.7. Recursos humanos – pessoal docente

Na Escola Básica e Secundária do Nordeste existem, em exercício efetivo de funções, 113 docentes, num universo de 128 docentes colocados na Unidade Orgânica no ano letivo de 2016/2017 (há 1 docente de gravidez de risco e 4 docentes em licença de maternidade).

Em relação à distribuição destes docentes da escola pelas respetivas categorias profissionais, há a esclarecer que 83 professores são do CTFPTI (professores em regime de funções públicas por tempo indeterminado), sendo que 2 estão afetos à nossa escola, e 30 são contratados (5 encontram-se em substituição temporária). Ainda relevante é o facto de 11 docentes da escola estarem deslocados para outras escolas por concurso de afetação, 2 por mobilidade por doença e 2 estarem requisitados no estrangeiro.

Comparativamente a anos anteriores, verifica-se uma diminuição do número de docentes nos quadros de nomeação definitiva, em geral, notando-se maior mobilidade de docentes do quadro da EBS do Nordeste para afetação a outras escolas (11 docentes) do que no sentido inverso (2 docentes). Saliente-se, ainda, o elevado número de docentes contratados (30).

O relativo isolamento do concelho de Nordeste, e consequentemente desta escola, continua a ser uma condicionante determinante para a estabilização do quadro docente desta unidade orgânica, registando-se ainda uma mobilidade de docentes, de três em três anos, segundo as regras do concurso do pessoal docente.

Quanto ao nível de qualificação profissional, os docentes da escola são maioritariamente profissionalizados, embora relativamente à experiência profissional se verifique que a maioria dos docentes tem entre 10 e 15 anos de serviço, concluindo-se existir um quadro docente ainda relativamente jovem.

Quanto à antiguidade dos docentes, constata-se que um grande número desempenha a sua atividade docente na escola há menos de 5 anos, situação que poderá constituir uma dificuldade para a unidade orgânica ao nível da sua estabilidade organizativa e pedagógica.

2.2.8. Recursos humanos – pessoal não docente

Na Unidade Orgânica, há 1 técnico superior, 10 assistentes técnicos a exercer funções efetivas, encontrando-se um elemento destacado para outra ilha, e 39 assistentes operacionais, sendo que estes últimos se encontram distribuídos entre a escola sede e as escolas do 1.º Ciclo. Da análise dos dados fornecidos pela gestora de pessoal não docente, conclui-se que todo o pessoal não docente pertence ao quadro da escola, sendo a maioria deste pessoal constituída pelos assistentes operacionais, com habilitações inferiores ao 12.º ano. De salientar que 1 funcionário se aposentou durante o presente ano letivo e que no futuro próximo há pelo menos 4 que poderão ir para a reforma, o que tem implicações na redistribuição de funções nos respetivos serviços por um menor número de elementos. Afigura-se necessário a autorização da contratação de pessoal auxiliar por parte da tutela, uma vez que para garantir o funcionamento adequado da Unidade Orgânica durante as atividades letivas, tem sido necessário recorrer a programas de ocupação de desempregados ou à cedência de funcionários por parte de parceiros da escola, como a Câmara Municipal de Nordeste ou algumas Juntas de Freguesia, já que a maioria dos assistentes operacionais da escola apresenta uma idade mais avançada ou problemas de saúde limitativos do seu desempenho.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL

Os órgãos de administração e gestão da escola encontram-se devidamente estruturados e desempenham as suas competências de acordo com o definido na lei e o estabelecido em Regulamento Interno da EBS do Nordeste. Assim, a unidade orgânica encontra-se estruturada da seguinte forma:

- **Órgãos de Administração e Gestão** – Assembleia de Escola, Conselho Executivo, Conselho Pedagógico, Conselho Administrativo e Estruturas de Orientação Educativa;
- **Estruturas de Orientação Educativa** – Departamentos Curriculares, Grupos Disciplinares, Conselhos de Turma, Conselhos de Diretores de Turma do Ensino Básico e do Ensino Secundário;

- **Serviços Especializados de Apoio Educativo** – Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), Núcleo de Educação Especial e Equipa Multidisciplinar de Apoio Socioeducativo;
- **Serviços Administrativos** – Contabilidade, Setor de Pessoal, Setor de Alunos, ASE (Ação Social Escolar) e Fundo Escolar.

4. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto Educativo de Escola situa-se dentro da esfera da escola participada e democrática, onde os critérios de natureza pedagógica e científica prevalecem sobre os de natureza administrativa. O próprio documento aponta para uma reflexão sobre os valores a desenvolver na escola, por toda a comunidade escolar, e para valores que promovam o bom ambiente escolar e a otimização do funcionamento desta instituição enquanto agente formador.

O mesmo define a visão estratégica para a Unidade Orgânica, através da contextualização local das políticas educativas, destacando-se os três eixos de ação definidos no âmbito do ProSucesso (Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar) na RAA:

- foco na qualidade das aprendizagens dos alunos;
- promoção do desenvolvimento profissional dos docentes;
- mobilização da comunidade educativa e parceiros sociais.

A sua finalidade é criar oportunidades e a capacidade de os agentes educativos, em conjunto, refletirem sobre a Escola, sobre os seus problemas e delinearem as formas de os solucionar, tendo em vista a elevação dos níveis de eficácia e eficiência do serviço educativo prestado.

Com base na análise das fontes documentais utilizadas para a caracterização da comunidade e escola e na perceção das preocupações da Comunidade Educativa, para o triénio de implementação do presente Projeto, a Escola deve envidar esforços para desenvolver as seguintes áreas:

1. Participação e corresponsabilização dos Encarregados de Educação

Continua a constatar-se uma redução da participação e do envolvimento dos Encarregados de Educação na vida e no acompanhamento escolar dos seus educandos à medida que estes vão progredindo de ciclo. Para além disso, a escola ainda não conseguiu fazer com que a participação dos Encarregados de Educação não se limite ao cumprimento das obrigações de natureza burocrática escolar, mas que sirva para a concertação de estratégias conducentes ao sucesso escolar dos seus educandos. Esta problemática justifica que a escola continue a dar prioridade à resolução deste problema, com especial atenção para a representação dos Encarregados de Educação nas diferentes reuniões onde têm voz ativa, particularmente em órgãos como o Conselho Pedagógico. Efetivamente quando solicitados pela escola em atividades ou projetos, alguns Encarregados de Educação comparecem e colaboram, pelo que esta via menos formal poderá constituir uma estratégia, entre outras, de aumentar a participação dos mesmos.

2. Gestão e Articulação Curriculares

As planificações anuais das diversas áreas curriculares devem convergir para uma efetiva articulação de conteúdos interdisciplinares, procedendo às alterações necessárias e possíveis da sequência de conteúdos apresentados ao nível dos programas escolares, nos conselhos de turma e nos Departamentos. Assim, urge continuar a trabalhar neste sentido para otimizar a gestão dos currículos e cumprimento de planificações, bem como promover o sucesso das medidas e estratégias adotadas no âmbito dos Conselhos de Turma.

3. Desinteresse e Indisciplina

Nos momentos reflexivos que a Escola cria, seja a partir da análise estatística de resultados escolares, seja aquando do debate da oferta formativa a escolher, entre outros, têm surgido preocupações crescentes com a indisciplina e o desinteresse crescente dos alunos, em todos os ciclos de ensino. Esta situação requer que se encontrem meios de harmonizar as formas de atuação de cariz preventivo e de reforçar a autoridade disciplinar dos docentes, bem como partilha de metodologias eficazes na promoção do empenho dos discentes.

4. Flutuação do Quadro Docente

Apesar de se notar a crescente fixação de pessoal docente aos quadros da escola, a percentagem de docentes contratos ainda é significativa e condiciona, em parte, a atribuição de cargos que impliquem acompanhamento das turmas e dos alunos ao longo de um ciclo de ensino completo. Esta situação verifica-se, com mais expressão, cada triénio, aquando do concurso de pessoal docente. Preveem-se alterações nas regras do referido concurso que poderão agravar esta situação e contribuir para tornar esta novamente numa escola de passagem.

5. Insucesso Escolar a Português/Matemática/ Línguas Estrangeiras

É do conhecimento dos agentes educativos, e conforme se confirma nos resultados da avaliação externa, que o desenvolvimento e a aquisição das competências da Matemática e da Língua de Escolarização continuam aquém do expectável, e que esse problema se repercute em todas as áreas curriculares. Assim, as orientações devem ser no sentido de se continuar a considerar a sua resolução prioritária neste PEE, não descurando as também crescentes preocupações com as restantes áreas curriculares, onde os resultados também têm vindo a decair, constatando-se pelas pautas de avaliação que as médias dos níveis atribuídos não são elevadas.

6. Plano Anual de Atividades

Deverá ser dada especial atenção ao PAA, ao nível da articulação, considerando que a articulação interdepartamental é condição fundamental para um documento coeso e coerente com o que preveem os documentos orientadores da escola.

O presente documento continua a ser mobilizador, pois indica as metas a atingir bem como o caminho a seguir. Reforça-se que a necessidade de uma eficaz divulgação e de afirmação como um efetivo instrumento de trabalho é real e urgente, uma vez que se apresenta como um documento estratégico orientador da ação da Escola.

5. PLANO DE AÇÃO

A nível de organização deste item, adotou-se uma estrutura de sistema modular na apresentação dos problemas e respetivas propostas de solução, visto permitir ser de fácil leitura e/ou consulta.

- 1 – Participação e corresponsabilização dos Encarregados de Educação
- 2 - Gestão e Articulação Curriculares
- 3 – Contextualização do projeto ProSucesso da escola
- 4 – Desinteresse e Indisciplina
- 5 – Flutuação do Quadro Docente
- 6 – Insucesso Escolar a Língua Portuguesa/Matemática/ Línguas Estrangeiras
- 7 – Plano Anual de Atividades

Note-se que na coluna da direita se encontram os atores e documentos responsáveis pelas medidas presentes na coluna central, segundo as abreviaturas que se seguem:

DT – Diretor de Turma	EPAE – Equipa do Programa de Apoio Educativo
CT – Conselho de Turma	PPS – Projeto ProSucesso
CDT – Conselho de Diretores de Turma	PCE – Projeto Curricular de Escola
CP – Conselho Pedagógico	PAA – Plano Anual de Atividades
CE – Conselho Executivo	PEE – Projeto Educativo de Escola
Assem. - Assembleia	RI – Regulamento Interno
DP – Departamento Curricular	PD – Pessoal docente
GAID – Gabinete de Apoio e Intervenção Disciplinar	PND – Pessoal não docente
GCVPC – Gabinete de Combate à Violência e de Promoção da Cidadania	PEd.E – Programa de Educação Especial
SE – Sala de Estudo	

Comunidade Educativa

PROBLEMAS/OBJETIVOS/AVALIAÇÃO	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E METODOLÓGICAS	ATORES/ DOCUMENTOS
<p>Problemas Participação reduzida dos Encarregados de Educação na escola e reduzida inter-relação no seio da comunidade educativa.</p> <p>Objetivos Tornar mais regular a participação na Escola, por parte da comunidade educativa.</p> <p>Contribuir para a afirmação da imagem da escola enquanto espaço privilegiado de formação cultural e cívica.</p> <p>Otimizar, ao máximo, a informação que pode ser recolhida a partir dos Enc. de Educação (EE).</p> <p>Promover uma maior participação dos Enc. de Educação e da comunidade educativa no acompanhamento do aluno, não excluindo recurso a</p>	<p>Continuar a produzir documentos informativos dirigidos aos Encarregados de Educação.</p> <p>Contactos regulares com os Encarregados de Educação dos alunos com NEE que se encontram numa posição mais distante da escola, no sentido de os envolver ativamente no processo educativo dos seus educandos.</p> <p>Otimizar a reunião do Diretor de Turma (DT) com os Encarregados de Educação (EE), devendo esta ser menos administrativa e mais informativa e relevante para estes últimos. Tal passará pela explicação dos direitos e deveres dos alunos, inscritos no Regulamento Interno da escola, dos critérios gerais de avaliação, dos indicadores de conduta, das formas de troca de comunicação, do tipo de apoio educativo que a escola oferece, e o acompanhamento a prestar pelos Encarregado de Educação aos seus educandos.</p> <p>Averiguar os motivos pelos quais os Encarregados de Educação não comparecem na escola, e procurar, acima de tudo, responder às questões e necessidades dos mesmos.</p> <p>Promover ações no seio dos Departamentos e Conselhos de Turma que prevejam a participação dos Encarregados de Educação.</p> <p>Definir procedimentos de relacionamento com a comunidade envolvente à escola, de forma a regular o contato entre esta e o pessoal docente e não docente.</p> <p>Sensibilizar os alunos e EE para a importância da formação escolar e pessoal para a concretização de projetos de vida futuros, mediante um discurso valorativo e uníssono de todos os agentes</p>	<p>CE CDT</p> <p>NEE SPO EE</p> <p>CDT DT EE</p> <p>DP CT</p> <p>Assem. CE CP</p> <p>PPS PAA</p>

<p>mecanismos legais, como sejam CPCJ e o Ministério Público.</p>	<p>educativos relativamente à escola. Incluir no PAA atividades que operacionalizem este objetivo, i.e. ações de sensibilização, testemunhos de casos de sucesso académico e profissional, etc.</p>	
<p>Avaliação A Assembleia deve auscultar e avaliar o grau de satisfação dos membros da comunidade educativa relativamente à escola, com base em instrumentos de recolha de informação.</p>	<p>Reiterar a importância do uso do Caderno de Contatos do Aluno, para além dos documentos próprios, (aprovados em Conselho de Diretores de Turma (CDT), que visem recolher informação relevante, nomeadamente, os hábitos de estudo do aluno, a forma como o aluno está a responder a estratégias conjuntas do Conselho de Turma (CT) com o Encarregado de Educação), como meio mais célere para direto entre professor e EE.</p>	<p>CP CDT CT</p>
<p>O CDT e o CP devem garantir a uniformidade de critérios de atuação relativa aos alunos e restante comunidade educativa, pedindo justificações nas situações excecionais.</p>	<p>O Conselho de Diretores de Turma, com o acompanhamento do Conselho Pedagógico (CP), deverá definir as linhas mestras da atuação, em termos de apoio pedagógico que a escola espera do Encarregado de Educação. Aquelas orientações passarão a estar contidas no Projeto Curricular de Escola (PCE).</p>	<p>CDT CP CE PCE</p>
	<p>Deve ser definida a forma de avaliar a participação do Encarregado de Educação no processo de aprendizagem e de avaliação do seu educando.</p>	<p>Assembleia</p>
	<p>Criar meios de recolha de informação relativa às necessidades e nível de satisfação da comunidade educativa.</p>	<p>Assem. CDT CP</p>
	<p>O PAA deverá conter atividades que aproximem a escola à comunidade e vice-versa.</p>	<p>PAA</p>

Gestão Curricular

PROBLEMAS/OBJETIVOS/AVALIAÇÃO	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E METODOLÓGICAS	ATORES/ DOCUMENTOS
<p>Problemas Insuficiente articulação curricular intra e inter departamentos.</p> <p>Objetivos Definir metodologias que promovam as competências de ciclo.</p> <p>Continuar a concertação de critérios de avaliação e de indicadores para aqueles critérios.</p> <p>Otimizar a articulação e flexibilização curricular, de forma a permitir o desenvolvimento do PCE.</p> <p>Aprofundar os níveis de interdisciplinaridade existentes na escola.</p> <p>Aprofundar os níveis de articulação horizontal e vertical.</p> <p>Otimizar o processo de avaliação dos alunos.</p>	<p>Assumir como procedimento habitual do Conselho Pedagógico e dos Departamentos medidas como: elaboração de um documento sobre a Verticalidade dos Programas e Planificações entre os vários ciclos, de modo a potenciar a aquisição das competências de ciclo e respetivas metas e objetivos; os horários dos docentes passarem a contemplar, sempre que possível, momentos de planificação para docentes do mesmo ano e disciplina e/ou grupo disciplinar, de forma a possibilitar reuniões regulares.</p> <p>Continuar a elaborar o documento contendo os critérios de avaliação gerais e respetivos indicadores e os específicos de todos os Departamentos.</p> <p>No que respeita à articulação curricular, continuar a trabalhar na operacionalização da Articulação Vertical (AV) intradepartamental, e horizontal, interdisciplinar, no PAA, nomeadamente na planificação e execução de algumas atividades conjuntas.</p> <p>As competências definidas no ensino básico pelos programas das várias disciplinas, e que definem o perfil por ciclo e grau de aquisição das mesmas, deverão continuar a ser reajustadas ao nível do desempenho das turmas. O trabalho a realizar pelos Conselhos de Turma deverá espelhar todo o trabalho de adaptação, articulação e operacionalização das aprendizagens dos alunos. A interdisciplinaridade tem o papel de tornar transversais e transferíveis as competências e, por isso, deverá ser uma prioridade nos CT.</p> <p>Imprimir flexibilidade inter e intradepartamental às planificações, de modo a permitir um trabalho conjunto mais regular.</p> <p>Sem prejuízo do disposto por lei, os critérios de avaliação gerais devem continuar a nortear o processo avaliativo dos alunos desta unidade orgânica, sem descurar as especificidades dos Departamentos e de algumas turmas.</p>	<p>DP CP PCE</p> <p>DP CP</p> <p>PCE AV PAA</p> <p>DP CP CDT CT</p> <p>DP</p> <p>CP</p>

<p>Avaliação Verificar trimestralmente a gestão e articulação curricular e extracurricular nas várias estruturas de orientação educativa da escola.</p>	<p>Os Departamentos deverão fazer um acompanhamento sistemático do cumprimento dos programas e repor os programas incompletos no ano letivo seguinte, recorrendo às medidas que a escola dispõe nesse sentido</p> <p>Cabe ao Conselho Executivo (CE) verificar, através das atas, se a gestão e articulação curricular, definidas neste documento, estão a ocorrer.</p> <p>O Conselho Pedagógico deve analisar os documentos que formalizam as medidas de articulação curricular entre Departamentos.</p>	<p>DP CDT CT DP CE CP PPS</p>
---	---	---

Absentismo e abandono escolar, desinteresse e indisciplina.

PROBLEMAS/OBJETIVOS/AVALIAÇÃO	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E METODOLÓGICAS	ATORES/ DOCUMENTOS
<p>Problemas Situações de indisciplina, violência, desinteresse, absentismo e abandono escolar.</p> <p>Objetivos Sensibilização para valores universais e códigos de conduta adequados à escola.</p> <p>Promover a divulgação do Regulamento Interno da escola, nomeadamente junto da comunidade escolar, no sentido de uniformizar modos de atuação.</p> <p>Desburocratizar os procedimentos de sinalização de situações de risco de absentismo, abandono escolar e/ou insucesso escolar.</p> <p>Valorizar a sala de estudo como espaço de acompanhamento pedagógico dos alunos, em especial dos que evidenciam maior desinteresse pela</p>	<p>Manutenção do GAID, do GCVPC e do programa de Tutoria para lidar com problemas de indisciplina, violência, desinteresse, absentismo e abandono escolar, recorrendo à equipa do SPO, ao pessoal não docente afeto aos Gabinetes e aos docentes na sua componente não letiva; far-se-á o acompanhamento dos alunos expulsos da sala de aula com tarefa adstrita e dialogar-se-á com os mesmos, no sentido de os responsabilizar pelos seus comportamentos perturbadores; nos casos reincidentes, far-se-ão os respetivos relatórios e encaminhamentos para a CPCJ ou serviço de SPO.</p> <p>Os indicadores de conduta a ter em conta, previstos em Regulamento Interno, deverão corresponder a formas de atuação uniformes, também elas previstas no mesmo documento, sem prejuízo da lei em vigor. O Conselho de Diretores de Turma deverá supervisionar a aplicação destas medidas formais, para evitar procedimentos divergentes ou a não aplicação das mesmas.</p> <p>Concertação e articulação na atuação de todos os agentes educativos dentro e fora da escola. A área de Cidadania pode ser utilizada para trabalhar valores de conduta, previstos em RI.</p> <p>Facilitar o trabalho do GAID e GCVPC.</p>	<p>CP CDT GAID GCVPC Tutores</p> <p>Assem. CP CE PPS DP CDT CT PD PND</p> <p>CP CDT CT</p> <p>GAID GCVPC SPO CE</p>

<p>aprendizagem ou que sejam propostos para tal.</p> <p>Rentabilizar as substituições para cumprimento de planificações.</p> <p>Avaliação O CP deve analisar os relatórios periodais, elaborados pela Coordenação do Programa de Apoio Educativo.</p> <p>A Assembleia deve refletir anualmente sobre a atuação da escola na redução da indisciplina, violência, absentismo, abandono escolar e grau de interesse dos alunos, bem como o grau de sucesso escolar.</p>	<p>Recorrer a parcerias com instituições que possam dar auxílio nos casos de alunos em risco de absentismo e abandono escolar, nomeadamente CPCJ e Segurança Social locais.</p> <p>Rever periodicamente o Programa de Apoio Educativo da escola.</p> <p>Avaliar periodicamente o Programa de Apoio Educativo da escola.</p>	<p>EPAE</p> <p>CP EPAE</p> <p>CP EPAE</p>
---	---	---

Mobilidade de docentes

PROBLEMAS/OBJETIVOS/AVALIAÇÃO	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E METODOLÓGICAS	ATORES/ DOCUMENTOS
<p>Problemas A flutuação de professores dificulta a implementação de estratégias/projetos a longo prazo.</p> <p>Objetivos Combater os efeitos da flutuação do pessoal docente com processos eficazes de orientação e comunicação.</p> <p>Promover o aumento do nível de conhecimentos didáticos e pedagógicos dos docentes.</p> <p>Avaliação O CE deve avaliar através das atas e relatórios trimestrais se as estruturas intermédias estão a seguir as linhas mestras definidas pelos órgãos de gestão da escola.</p> <p>O CP e os DPs devem refletir anualmente sobre as implicações que as práticas formativas estão a ter na escola e fazer recomendações para colmatar as lacunas que persistirem.</p>	<p>De forma a minimizar eventuais constrangimentos decorrentes da flutuação de pessoal docente, recomenda-se que sejam dadas orientações precisas no início do ano letivo, e sempre que necessário, acerca do que a escola pretende dos professores recém-chegados.</p> <p>Relativamente aos cargos de direção de turma, sugere-se que sejam atribuídos a docentes do quadro de nomeação definitiva que, sempre que possível, acompanharão os alunos ao longo de um ciclo de escolaridade.</p> <p>Os Departamentos são responsáveis pela integração plena dos novos docentes, promovendo o trabalho em equipa e garantindo a divulgação e conhecimento efetivo das linhas orientadoras da escola.</p> <p>O PCE deve conter as principais informações e orientações com implicações na ação dos docentes, a não ser que estas já estejam contempladas de forma muito clara em outros documentos.</p>	<p>CP PPS DP</p> <p>CP CE</p> <p>DP</p> <p>CE CP</p>

Metodologias, competências prioritárias e apoio educativo

PROBLEMAS/OBJETIVOS/AVALIAÇÃO	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E METODOLÓGICAS	ATORES/ DOCUMENTOS
<p>Problemas A escola continua a apresentar insucesso nas disciplinas de Português e Matemática, às quais se juntam outras disciplinas.</p> <p>Objetivos Colmatar necessidades educativas ao nível do apoio, dos conteúdos e de competências em que os alunos apresentem maiores dificuldades.</p> <p>Definir prioridades ao nível das competências gerais de ciclo.</p> <p>Avaliação O CP, os DP e CDT, nos momentos de reflexão sobre a avaliação dos alunos devem apreciar a eficácia das estratégias e metodologias implementadas e propor reajustes.</p>	<p>Deverão desenvolver-se todas as competências do CREB ao longo do triénio de vigência do PEE. No entanto, deverá ser pensada em CP forma de priorização das mesmas por ano letivo.</p> <p>NEE elabora anualmente uma listagem dos alunos com prioridades, de forma a mobilizar os recursos humanos pelas necessidades pontuais e prioritárias.</p> <p>NEE e SPO mobilizam-se para promover encontros: com alunos integrados no Regime Educativo Especial que apresentam insucesso escolar; com os docentes de apoio dos alunos prioritários e respetivos diretores de turma, no sentido de serem discutidas estratégias adequadas a cada caso, com base no respeito pelo estilo de aprendizagem de cada aluno.</p> <p>A articulação das competências suprarreferidas, relativamente à Língua Portuguesa, cabe a todos os órgãos pedagógicos da escola e aos professores, devendo concretizar-se nas orientações metodológicas dos Departamentos, nas planificações de aula, PCE, PPS e PAA.</p> <p>As linhas mestras do apoio educativo nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática devem estar integradas no PCE e operacionalizadas em CT.</p> <p>Continuar a analisar os resultados do rendimento escolar dos alunos nos vários períodos letivos, inclusive no 3.º período. Estes últimos facilitarão a preparação do ano letivo seguinte ao nível dos apoios, formação de turmas e adaptação de planificações.</p>	<p>PEE PCE DP CDT CT</p> <p>NEE SPO</p> <p>NEE SPO</p> <p>PCE PPS PAA PEd.E</p> <p>PCE, CP DP, CT</p> <p>Assem. CP, CE, PPS, DP</p>

Plano Anual de Atividades

PROBLEMAS/OBJETIVOS/AVALIAÇÃO	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E METODOLÓGICAS	ATORES/ DOCUMENTOS
<p>Problemas O PAA não reflete explicitamente as ações e orientações previstas no PEE.</p> <p>Objetivos Adequar o PAA às orientações do PEE.</p> <p>Avaliação O PAA deve ser avaliado pela Assembleia.</p> <p>O PAA deve ser autoavaliado pelas partes que nele participaram.</p>	<p>As atividades previstas no PAA devem ter a finalidade de operacionalizar os objetivos do PEE, de modo a contribuir para amenizar os problemas identificados neste documento, e que constituem prioridades da escola.</p> <p>As várias estruturas de orientação educativa deverão selecionar as atividades do PAA e respetivos objetivos, tendo por base os problemas diagnosticados no PEE. Para tal, este documento deverá constituir-se como instrumento de trabalho base, aquando dos momentos de planificação, tanto do PAA, como de outros documentos já aqui mencionados.</p> <p>Admitindo que o Nordeste é uma zona periférica, afigura-se benéfico privilegiar atividades que contenham componentes pedagógicas e lúdicas relevantes que não sejam de fácil acesso no meio envolvente.</p> <p>Deve:</p> <ul style="list-style-type: none"> - privilegiar-se as atividades elaboradas por alunos; - primar-se pela qualidade e riqueza da atividade em vez da quantidade; - procurar-se minimizar a interferência com as atividades letivas; - planear-se com antecedência, de forma a facilitar a ação de quem gere a implementação do PAA. 	<p>Assem. CP CE DP PEE PAA</p> <p>Assem. CP CE DP PAA</p> <p>DP CT</p> <p>Assem. CP CE DP</p>

6. REVISÃO DO PROJETO

Da avaliação anual e da resposta da escola aos objetivos definidos, resultará, depois de análise ponderada dos vários intervenientes, a necessidade de ajustar, reajustar, moderar ou enriquecer o PEE que, em cada ano letivo, se corporizará, obrigatoriamente, no Plano Anual de Atividades (PAA), no Projeto Curricular de Escola e no plano do ProSucesso.

7. FORMAS DE LANÇAMENTO E DIVULGAÇÃO

Conforme as orientações presentes na legislação em vigor, o PEE deve ser apreciado pelo Conselho Pedagógico, seguindo-se a emissão de parecer por parte do Conselho Executivo e posterior aprovação do documento pela Assembleia de Escola.

Como forma de divulgação junto da comunidade educativa, o documento final aprovado deve ser disponibilizado em formato de papel na Biblioteca Escolar e colocado, em formato PDF, na página internet da escola.

8. AVALIAÇÃO

O PEE é um instrumento de planeamento estratégico para um triénio, sendo operacionalizado por outros documentos como o Plano Anual de Atividades, o Projeto Curricular de Escola, o Regulamento Interno e o plano do ProSucesso.

Assim, o grau de execução do PEE da Unidade Orgânica passa pela avaliação de todos os planos e projetos da escola, sendo realizados, anualmente, relatórios pelas estruturas de orientação educativa. Esta avaliação sistemática permitirá analisar situações, reformular intenções, repensar ações, meios e estratégias, a fim de garantir a qualidade da proposta educativa e a contínua evolução da Escola no sentido da otimização das boas práticas e da promoção do sucesso.

No final do triénio, será realizado um relatório de avaliação final do Projeto Educativo, no âmbito das competências da Assembleia, com base em metodologias e instrumentos criados para o efeito. Do relatório resultante constarão as conclusões e sugestões para eventuais reajustes e melhorias ao documento em questão.

<p>Projeto apreciado _____ pelo Conselho Pedagógico em ____/____/____.</p>	<p>Presidente do Conselho Pedagógico _____</p>
--	---

<p>Projeto apreciado _____ pelo Conselho Executivo em ____/____/____.</p>	<p>Presidente do Conselho Executivo _____</p>
---	--

<p>Projeto aprovado pela Assembleia de Escola em ____/____/____.</p>	<p>Presidente da Assembleia de Escola _____</p>
---	--